

Escolas invisíveis: o direito à educação sob condições precárias no ensino médio do Ceará

Invisible schools: the right to education under precarious conditions in high school in Ceará

Ana Lea Bastos Lima¹

Sofia Lerche Vieira²

Eloisa Maia Vidal³

Resumo

Este artigo é parte de uma tese defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará em 2020. Investiga em que condições ocorre a oferta de ensino médio estadual em localidades rurais, nas extensões de matrículas ou anexos. Essa oferta é viabilizada por meio de parceria entre municípios e estado, em que o primeiro assegura espaço físico, e o segundo oferta o ensino médio, subordinado a uma escola-sede. A pesquisa é de abordagem qualitativa e exploratória com estudo de casos múltiplos. Utiliza informações obtidas em pesquisa de campo, documentos oficiais do estado e das escolas, indicadores socioeconômicos e educacionais coletados em bases de dados oficiais. A amostra envolve cinco municípios de diferentes contextos territoriais e 21 distritos onde foram investigados aspectos referentes às oportunidades de acesso e de tratamento na oferta escolar. A análise mostra que os dados de matrícula e resultados educacionais dos anexos estão vinculados aos da escola-sede, tornando essa oferta invisível e mostrando que, apesar de oportunizar o acesso dos jovens ao ensino médio, o faz sob condições precárias de tratamento, como infraestrutura inadequada, ausência de ambientes de apoio pedagógico, restrição de insumos, professores atuando em mais de uma disciplina, dentre outras dificuldades.

Palavras-chave: Gestão Educacional. Ensino Médio. Território. Extensão de Matrícula.

Abstract

The article is part of a doctoral thesis in the Graduate Studies in Education Program at the State University of Ceará in 2020. It investigates the conditions in which the offer of state secondary education occurs in rural locations, in the extensions of enrollments or annexes. This offer is made possible through a partnership between municipalities and the state, in which the first provides physical space, and the second offers secondary education, subordinated to a host school in the municipality. The research has a qualitative and exploratory approach with multiple case studies. Uses information obtained in field research, official state documents and schools, socioeconomic and educational indicators collected in databases officers. The sample involves 5 municipalities from different territorial contexts and 21 districts where aspects related to access and treatment opportunities were investigated in the school supply. The analysis shows that enrollment data and educational outcomes for annexes are linked to those of the host school, making this offer invisible, which despite being giving young people access to high school does so under precarious treatment conditions, inadequate infrastructure, absence of educational support environments, restriction of inputs, teachers working in more than one discipline, among other difficulties.

¹ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora de História da rede estadual de educação básica do Ceará. Pesquisadora do grupo de Pesquisa Política Educacional, Gestão e Aprendizagem (GPPGA) do CNPq.

² Pesquisadora do CNPq, consultora da FGV-RJ e da Unesco. Foi professora da UFC, Unilab, Uninove e do Lemann Center-Stanford. Exerceu os cargos de secretária estadual (Ceará) e municipal (Aracati-CE) de educação. É líder do Grupo de Pesquisa Política Educacional, Gestão e Aprendizagem. Professora titular da Universidade Estadual do Ceará.

³ Doutora em educação, professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará. Desenvolve pesquisas nas áreas de política e gestão educacional, gestão escolar e avaliação de larga escala. É vice-líder do Grupo de Pesquisa Política Educacional, Gestão e Aprendizagem.

Keywords: Educational Management. High school. Territory. Enrollment Extension.

1. Introdução

Este artigo é parte dos resultados de pesquisa realizada para uma tese em Educação, defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará no início de 2020. A tese investigou sob que condições ocorre a oferta de ensino médio por parte do poder público estadual em localidades rurais, no que é conhecido como extensões de matrículas ou anexos. Essa oferta é viabilizada por meio de parceria entre municípios e estado, no escopo do regime de colaboração, em que o primeiro assegura algum tipo de espaço físico, em geral, salas de aula de escolas municipais em turno noturno, para que o segundo realize a oferta do ensino médio na localidade, subordinado a uma escola-sede, no mesmo município.

A abordagem da pesquisa se caracteriza como qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994, GHEDIN; FRANCO, 2011; MINAYO, 2001) de natureza exploratória, a partir de um estudo de casos múltiplos (YIN, 2001, ALVES-MAZZOTI, 2006). Tem como fontes de informações, documentos oficiais produzidos pela Secretaria de Educação do estado (Seduc) e escolas, indicadores socioeconômicos e educacionais obtidos em bases de dados oficiais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) e informações coletadas durante a pesquisa de campo, a partir de roteiro de observação das escolas e de entrevistas semiestruturadas (GIL, 2002; LAKATOS; MARCONI, 2003). O trabalho de campo foi realizado no primeiro semestre de 2019 e envolveu 5 municípios situados em diferentes contextos territoriais do estado e 21 distritos rurais, totalizando 3.136 km percorridos desde a capital. Em cada município foi visitada a escola-sede, pertencente à rede estadual, à qual as turmas de extensão estavam vinculadas, bem como os locais de funcionamento dos anexos nos distritos. Foram investigados aspectos referentes às oportunidades de acesso e de tratamento na oferta escolar.

2. Metodologia da pesquisa

A seleção de municípios, escolas e extensões de matrículas que foram investigados considerou os dados de matrículas de 2017, fornecidos pela Secretaria de Educação do Ceará (Seduc), e registrados no seu Sistema de Gestão das Escolas (SIGE). Neste ano, dos 184 municípios cearenses, 76 possuíam matrículas de ensino médio em anexos, tendo sido escolhidos os 5 municípios cujas escolas possuíam as maiores quantidades de matrículas distribuídas pelo maior número de anexos. Importante destacar que essa escolha também levou em consideração as regiões de planejamento do estado do Ceará (IPECE, 2015) devido às suas especificidades territoriais em relação a clima e relevo, que terminam por imprimir condições específicas de sobrevivência às populações. O Quadro 1 apresenta os dados sobre as escolas selecionadas.

QUADRO 1: Amostra da pesquisa

Regional	Município	Região de Planejamento	Escolas - Sede	Nº de Matrícula	Anexos Escolares
Crede 2	Amontada	Litoral Oeste/ Vale do Curu	EEM de Amontada	323	EEB Francisco Estevão de Assis
				202	EEB Maria Alves Sobrinha
				91	EEB Fco. Braz dos Santos
				86	EEB Jonas Pereira de Azevedo
	São Gonçalo do Amarante	Grande Fortaleza	EEFM Waldemar Alcântara	146	EEF João Pinto Magalhães
				67	EEF Joaquim Pacheco de Menezes
Crede 4	Granja	Litoral Norte	Colégio Estadual São José	221	Prédio Adaptado - Timonha
				180	EEF Fca. Fontenele de Sousa Batista
				240	EEF José Policarpo de Oliveira Júnior
				167	Mercado Público - Ibuguaçu
Crede 5	Viçosa do Ceará	Serra de Ibiapaba	EEM Dr. Júlio de Carvalho	159	Vila General Tibúrcio
				151	Oiticicas
				301	Vila Manhoso
Crede 12	Boa Viagem	Sertão de Canindé	EEM Dom Terceiro	62	EEF Alcides Vieira Carneiro
				99	EEF Manoel Genuíno Vieira
				121	EEF Manoel João da Silva
				50	EEF David Vieira Carneiro
				69	EEF Adília Maria
				83	EEF Walkmar Brasil Santos
				106	EEF Maria Alzerina Chaves
98	EEF Padre Vital Elias Filho				

Fonte: Ceará, SEDUC, 2017. Elaboração das autoras.

Entre os sujeitos da pesquisa, no âmbito da Seduc, foram entrevistados dois secretários executivos: o do Ensino Médio e Educação Profissional e o de Cooperação com os Municípios; e a Coordenadora da Coordenadoria de Desenvolvimento da Educação (Crede) 2, situada no município de Itapipoca, responsável pelas escolas de dois dos municípios da amostra: Amontada e São Gonçalo do Amarante.

Foram entrevistados, ainda, os diretores das escolas-sede e professores que atuam nas extensões de matrícula ou anexos. Os primeiros com o objetivo de compreender decisões da gestão central em instalação de turmas em extensões de matrícula; os segundos com a intenção de analisar, de maneira mais específica, as condições de funcionamento dessas turmas. Ainda foram aplicadas entrevistas junto a estudantes e a pais, com o objetivo perceber as impressões dos diversos segmentos que compõem a comunidade escolar. Ao todo, foram entrevistados 98 sujeitos: 44 estudantes, entre 15 e 29 anos; 20 pais ou outros responsáveis (14 mães, 3 avós e 2 pais), com idades entre 31 a 58 anos; 2 secretários executivos; 1 coordenadora de Crede; 5 diretores; 1 ex-diretor; 2 coordenadores escolares e 22 professores, com idades entre 26 a 62 anos.

3. A educação como direito social

No Brasil, após o fim da ditadura civil-militar, importantes iniciativas de reformas educacionais visavam à ampliação da oferta da educação pública. A Carta Constitucional de 1988 determina a educação como um direito social e assegura a oferta pública e gratuita para o ensino fundamental. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, inclui a progressiva ampliação da obrigatoriedade do ensino médio e, em 2009, a partir da Emenda Constitucional nº 59, essa etapa de ensino torna-se obrigatória e gratuita.

A prioridade de oferta de ensino fundamental e sua universalização, no começo da primeira década do século XXI, implicou o aumento do número de concludentes, que passam a demandar vagas para o ensino médio. Soma-se a isso a necessidade de atender as novas demandas das relações com o mundo do trabalho que, no final do século XX, passam a exigir maior nível de formação aos trabalhadores. Na visão de Oliveira (2007, p. 682) o crescimento da quantidade de pessoas que conseguem concluir o ensino fundamental provoca uma diminuição no prestígio social do diploma e funciona como instrumento de pressão para que o sistema educacional amplie a oferta de ensino médio.

O movimento de crescimento de matrículas no ensino médio marca os primeiros anos do século XXI, quando apenas o ensino fundamental contava com fonte de financiamento assegurado por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). A LDB de 1996 estabelece que cabe aos estados, prioritariamente, a oferta pública de ensino médio (Art. 10, inciso VI) e, na fase mais aguda de crescimento de matrículas, essa etapa da educação básica dependia exclusivamente dos recursos advindos dos tesouros estaduais. Esse momento é marcado por grandes dificuldades financeiras por parte dos estados, levando o Governo Federal a implementar alguns programas específicos

para apoiar os estados. O Projeto Alvorada⁴, o Programa de melhoria e expansão do ensino médio (Promed)⁵ e o Programa de Equalização de Oportunidades de Acesso à Educação Básica (Prodeb)⁶ foram iniciativas que financiaram construções, reformas, aquisição de equipamentos, formação continuada e custeio das escolas de ensino médio no período 2001 – 2006. Esses programas tinham critérios definidos em planos de trabalhos previamente pactuados com os estados, pouca margem de remanejamento de recursos e prazo limitado, condições que dificultavam o manejo de oferta crescente que, em alguns anos, chegava a mais de 30.000 alunos.

Em 2006 é aprovada a Emenda Constitucional nº 53, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), com início em 2007, e, em 2009, a Emenda nº 59, que, entre outras ações, amplia a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica. Assim, só a partir de 2007, o ensino médio passa a contar com recursos financeiros provenientes de um fundo contábil, sobre o qual se torna possível realizar planejamento e gestão de forma mais efetiva, e, a partir de 2010, passa a dispor de recursos para programas suplementares como livro didático, merenda escolar, transporte escolar e outros gerenciados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 – 2024 propõe, na meta 3: “universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%”. De acordo com o *Relatório do 3º ciclo do monitoramento das metas do PNE (2020)*, o percentual da população de 15 a 17 que frequenta a escola ou havia concluído a educação básica em 2019 era de 92,9% no Brasil e 89,8% no Ceará.

4. Alternativas encontradas para a oferta de ensino médio rural no Ceará

A rede de oferta de ensino médio público no Ceará é eminentemente estadual, e suas matrículas, na última década (2009 – 2018), vêm se mantendo no patamar médio de 345 mil estudantes por ano. Nesse período, tem ocorrido a construção de escolas, a maioria associada à diversificação da oferta iniciada em 2008, com a criação de uma rede de escolas estaduais de

⁴ Projeto do Governo Federal em parceria dos governos estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, com objetivo de reduzir a pobreza e as desigualdades regionais do País. Foi instituído pelo Decreto nº 3.769, de 8 de março de 2001 e abrangia as áreas de educação, saúde e saneamento, desenvolvimento socioeconômico, esporte, turismo, agricultura e do desenvolvimento da indústria e comércio. (Fonte: <http://www.mds.gov.br/>).

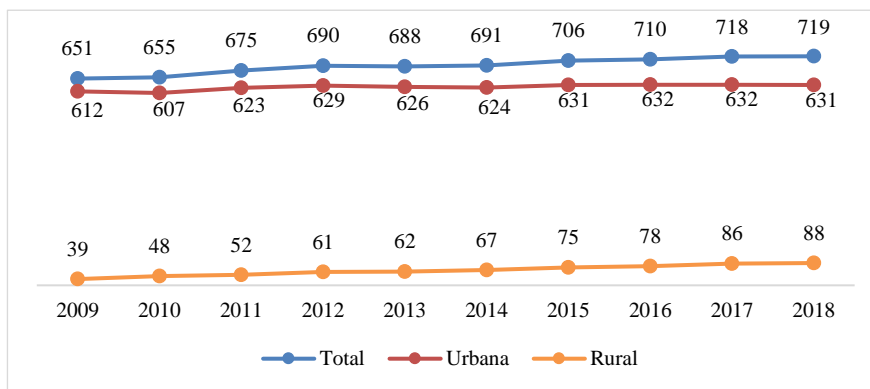
⁵ Iniciativa do MEC com o apoio do BID criado em 1997 com o objetivo é melhorar a qualidade e a eficiência do ensino médio, garantir maior acesso, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País. (Fonte: <https://www.educabrasil.com.br/promed-programa-de-melhoria-e-expansao-do-ensino-medio/>. Acesso em: 08 de jul. 2020).

⁶ Conhecido como Fundebinho, trata-se de crédito suplementar destinado à educação básica. Foi distribuído antes da aprovação do Fundeb que, no período, encontrava-se em tramitação no Congresso Nacional.

educação profissional, e, a partir de 2016, com reforma em escolas para abrigar a oferta de tempo integral no ensino médio.

O Gráfico 1, apresenta dados do número de escolas estaduais de 2009 a 2018 por localização.

GRÁFICO 1 – Número de escolas da rede estadual de ensino de 2009 a 2018



Fonte: Seduc, Censo Escolar, 2018. Elaboração das autoras.

Entre 2009 e 2018, houve um crescimento de 10,5% (n = 68) de prédios escolares na rede estadual de ensino, sendo 19 escolas urbanas e 49 rurais. Mesmo com a ampliação de mais de 100% de escolas estaduais em meio rural, a iniciativa não foi suficiente para atender à demanda de jovens para essa etapa de ensino. Embora a rede estadual de escolas apresente melhores condições estruturais que a maioria dos prédios das redes municipais, não possui a interiorização necessária para alcançar as áreas rurais em que há forte presença das escolas municipais. Sobre isso, Vidal e Vieira (2016, p. 44) afirmam que, “no que diz respeito à localização geográfica, são as redes municipais que detêm o maior percentual de escolas rurais (55,9%), nas quais se encontram as maiores precariedades em termos de instalações e qualidades de serviços”.

Além da concentração de escolas em meio urbano, as condições territoriais impulsionaram a criação das extensões de matrícula de ensino médio em vários municípios, motivada pela necessidade de ampliar a oferta para as áreas rurais no contexto de políticas nacionais e estaduais e atender às reivindicações das comunidades. Os problemas de acesso e de permanência dos alunos das localidades rurais estão associados às dificuldades impostas pela geografia local, pelas distâncias que os estudantes precisam vencer cotidianamente para chegar à escola mais próxima e à escassez de transporte público ou, mesmo, pelo ritmo de trabalho do campo e sua incompatibilidade com a escolarização, dentre outras especificidades que cercam as demandas dessa população para acesso a esta etapa de ensino.

No caso do Ceará, o regime de colaboração entre estado e municípios (ABRUCIO,

SEGATTO e PEREIRA, 2016; VIEIRA e VIDAL, 2013) viabilizou a oferta de ensino médio nas localidades rurais com baixa densidade demográfica, por meio da criação das “extensões de matrícula”, também denominadas como “anexos escolares”, a partir dos anos 2000. Consiste, de maneira geral, na utilização de prédios cedidos pelas prefeituras (por vezes não são prédios escolares), com material de expediente, fornecimento de merenda escolar e lotação de professores sob responsabilidade do governo estadual. O Secretário Executivo de Cooperação com os Municípios da Seduc, explica que a criação dos anexos se dá a

[...] partir de uma necessidade. Uma necessidade geográfica de localização da população e de distância dessas localidades, que geralmente são rurais, da sede dos municípios ou dos distritos onde tem escola de ensino médio. Então essa distância que inviabiliza o percurso, o deslocamento dos estudantes, ou seja, tanto pela questão de ser uma distância razoável como da questão das condições da estrada que inviabilizam isso. (deslocamento) [...] (Secretário Executivo CM)

Assim, a necessidade de criação de anexos escolares se impõe por motivos que dizem respeito a: a) urbanidade da rede estadual, b) distância que separa algumas comunidades rurais da sede municipal; c) condições de infraestrutura viária; d) acesso a transporte escolar, e) barreiras territoriais associadas a geografia dos lugares, como rios, serras etc.

De acordo com dados de 2017, havia 353 anexos atrelados a 178 unidades escolares, com uma matrícula total de 31.927 estudantes e distâncias para a escola-sede que variavam de 1 a 100 km. Foram identificadas as seguintes ofertas: ensino médio regular (EM), ensino fundamental regular (EF) e ensino infantil (EI) em escolas indígenas, Educação de Jovens e Adultos (EJA), unidades que funcionam em instituições de privação de liberdade e, ainda, a oferta de turmas em instituições de atendimento educacional especializado (AEE).

Não foi localizado documento específico da Seduc que regulamente a oferta em extensões de matrícula. Apenas uma portaria de matrícula para o ano letivo de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE), em dezembro de 2015, identifica algumas orientações.

ANEXO III – A QUE SE REFERE A PORTARIA - GAB 1112/2015-GAB ORGANIZAÇÃO DA OFERTA DE TURMAS COMO EXTENSÃO DE MATRÍCULA

1. Poderá haver oferta de turmas por uma escola estadual para além das dependências do seu prédio. Neste caso, configura-se a existência do que se denomina de extensão de matrícula.
2. Somente casos excepcionais justificarão a abertura de turmas como extensão de matrícula, considerando principalmente dificuldades de deslocamento dos alunos por meio do transporte escolar.
3. Diante da real necessidade, a abertura de turmas como extensão de matrícula deverá ser feita em prédio que apresente condições de funcionamento pedagógico e de segurança, de preferência prédio escolar da rede municipal por meio de parceria com o poder público municipal.

4. A autorização da abertura de turmas como extensão de matrícula será feita pela CREDE/SEFOR em consonância com o(a) diretor(a) da escola demandante e em articulação com a área de Gestão Escolar da Codea/SEDUC.
5. Serão apresentadas orientações complementares a este anexo para balizar a tomada de decisões sobre a abertura de turmas como extensões de matrícula (CEARÁ, DOE. 15/12/2015, p. 40)

A previsão de orientações complementares prevista no inciso 5º não foi localizada, e novamente, em 2016, na portaria de matrícula para a oferta do ano letivo de 2017, há um parágrafo acerca das extensões de matrícula com a mesma redação de 2016, sem o inciso citado, repetindo-se no ano de 2017.

4.1. Anexos escolares: ausência na legislação e a luta diária pela oferta de ensino médio

A pesquisa é dirigida para as extensões de matrícula, que funcionam como turmas de ensino médio regular por considerar que esse é o principal público da rede estadual de ensino e por entender que o atendimento especializado a pessoas com deficiência, escolas indígenas, educação de jovens e adultos e as turmas que funcionam em unidades de privação de liberdade constituem um campo de estudo mais complexo.

Conforme prevê o inciso II, “[...] Somente casos excepcionais justificarão a abertura de turmas como extensão de matrícula, considerando principalmente dificuldades de deslocamento dos alunos por meio do transporte escolar” (CEARÁ, DOE, 2015), e caberá às Crede a avaliação sobre a necessidade da demanda para a implementação das turmas, cabendo também a elas a função de articular acordos junto às prefeituras dos municípios de sua abrangência para viabilizar a oferta. Segundo a Seduc, essa articulação é feita caso a caso e sob condições diversas, ficando a cargo das coordenadorias regionais promover as condições necessárias para a oferta em extensões de matrícula. De acordo com um dos Secretários executivos da Seduc, “[...] as extensões de matrícula funcionam em escolas municipais, [...] na maioria delas, no turno noturno e o município ocupa com sua matrícula de ensino fundamental nos turnos diurnos. [...], mas a formalidade desse convênio não existe”.

Ao fazer uma incursão sobre como se desenvolve o ensino médio em anexos escolares, o estudo recorre ao conceito de igualdade de tratamento adotado por Crahay (2013, p. 78), que afirma que

A igualdade de tratamento corresponde ao ideal de justiça igualitária; a igualdade de oportunidades ao da justiça distributiva (meritocrática) e a igualdade de aquisição ao da justiça corretiva. Assim, a igualdade de tratamento é respeitada quando todos os alunos recebem a mesma qualidade e os mesmos conteúdos de ensino. [...]

Para isso, considera a percepção dos diversos atores da comunidade escolar e da gestão

estadual, no que se refere ao tratamento dispensado a essa oferta pelas diversas esferas de gestão, aliado aos impactos do território em relação às oportunidades educacionais. Estudo anterior sobre ensino médio no Ceará (VIDAL; VIEIRA, 2016), chamava a atenção para a situação das extensões de matrícula e o fato da diversificação de oferta de ensino médio ter produzido iniquidades no interior da rede estadual. Nos anexos escolares, os dados educacionais sobre essas turmas não aparecem estratificadas no Censo Escolar, sendo inseridas nas informações da escola-sede, o que torna essa oferta “invisível”.

Algebaile (2009) identifica o fenômeno da invisibilidade dessa oferta escolar ao estudar reverberações acerca da ampliação de vagas na rede de ensino municipal de Fortaleza, feita com a criação de anexos escolares, denominados, pela autora, de “escolas invisíveis”. Para ela, “a invisibilidade dessas escolas, ao que tudo indica construída por recursos administrativos, pelos dados estatísticos e pelo discurso governamental, é a invisibilidade de parte fundamental do que é o país” (ALGEBAILLE, 2009, p. 306).

4.2. Caracterização do território e das escolas da amostra

O Quadro 2 apresenta alguns indicadores territoriais e socioeconômicos dos municípios que compõem a amostra.

QUADRO 2 – Número de habitantes, densidade demográfica, 2010 e Projeção da população, 2019

Municípios	População (2019)	Extensão Territorial (km ²)	Nº de Distritos	PIB <i>per capita</i> (2016) R\$	Salário médio mensal (2017) SM	% pessoas ocupadas (2017)	% população rural (2010)
Amontada	43.452	1.178,162	9	9.917,57	1,8	6,8	60
Boa Viagem	54.470	2.836,783	12	6.834,78	1,6	6,9	50
Granja	54.748	2.663,032	6	6.919,34,	1,6	4,8	51
São G. do Amarante	48.422	833,894	7	49.259,77	3,8	28,1	35
Viçosa do Ceará	60.889	1.311,628	7	6.357,65	1,7	5,6	68

Fonte: Brasil, Censo demográfico, 2010 e Brasil, IBGE, 2019. Elaboração da autora.

Segundo dados do Ipece (2017), o município de Amontada fica a 198 km de Fortaleza, situado na região litorânea oeste, ocupando uma área de 1.178,162 km² e, além da sede, está dividido em nove distritos. Com uma população estimada de 43.452 habitantes em 2019, apresenta um PIB *per capita* de R\$ 9.917,57, o salário médio mensal é da ordem de 1,8 salários mínimos e, em 2017, possui apenas 6,8% da população ocupada. Boa Viagem e Granja são dois municípios cuja população, extensão territorial, PIB *per capita*, salário médio mensal e percentual de pessoas ocupadas são similares, sendo que Boa Viagem possui o dobro dos distritos de Granja. São Gonçalo do Amarante é a cidade de menor extensão territorial da

amostra com 833,894 km², e uma população de 48.422 habitantes. Apresenta o maior PIB *per capita*, fato associado a existência do Porto do Pecém, que também responde por parcela expressiva dos 28,1% de pessoas ocupadas. Viçosa do Ceará possui 60.889 habitantes, sendo o maior em termos populacionais da amostra, e uma área de 1.311,628 km² na qual existem 7 distritos.

Os dados apresentados mostram que os municípios selecionados apresentam indicadores socioeconômicos que apontam para uma população em situação de vulnerabilidades sociais expressivas, especialmente associadas a empregabilidade e renda. São também municípios cuja população, exceto São Gonçalo do Amarante, estão em mais 50% distribuídas por localidades rurais, muitas delas privadas de serviços públicos básicos, que, como afirma Arretche (2015, p. 194) “diferentemente dos bens privados, o consumo de bens coletivos não depende apenas da decisão de compra por parte dos indivíduos” mas tem forte influência do “lugar onde moram”.

Em relação à oferta de ensino médio, em 2018, os cinco municípios somavam uma matrícula de 13.271 estudantes distribuídos em 21 escolas estaduais e, destes, 3.821 alunos em turmas de extensão de matrículas, conforme detalha o Quadro 3.

QUADRO 3 – Dados da rede estadual de ensino dos municípios da amostra, 2018

Discriminação	Amontada	Boa Viagem	Granja	São Gonçalo do Amarante	Viçosa do Ceará
Nº de matrículas	2.074	2.170	3.365	2.726	2.900
Nº de Escolas regulares	3	2	1	3	2
Nº de Escolas de Educação Profissional	1	1	2	1	1
Nº de Escolas de Tempo Integral	-	-	1	1	1
Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA)	-	-	1	-	-

Fonte: Ceará, SEDUC, 2019. Elaboração das autoras.

No que tange à diversidade da oferta, além de ensino médio regular e turmas de extensões de matrícula, todos os municípios da amostra ofertam ensino médio integrado à educação profissional e, com exceção de Amontada e Boa Viagem, todas as cidades possuem uma escola em tempo integral. Granja apresenta ainda, um Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) com oferta de EJA semipresencial.

5. A gestão escolar, o território e a desigualdade de tratamento nos anexos

A pesquisa de campo constatou semelhanças e diferenças entre os contextos pesquisados no modo como são ofertadas as turmas de extensão em cada município, no tratamento dado aos anexos pela gestão escolar e nos diversos fatores territoriais que dificultam a oferta de ensino

médio nas localidades rurais. A oferta se desenvolve de forma bastante heterogênea e, isso se dá, parte por questões impostas pelo território, que apresentam contextos diversos à serem administrados; parte pelo papel da gestão escolar nas ofertas das turmas, suas relações com o estado e o município e práticas de gestão de acompanhamento dos anexos e, finalmente, pela falta de regulação própria para esse tipo de oferta por parte da Seduc, que delega autonomia para as Crede no gerenciamento das turmas de extensão de matrículas.

5.1. A gestão escolar: caminhos próprios

Percebeu-se diferentes formas de organização por parte da gestão da escola-sede em relação aos seus anexos. As incipientes diretrizes da gestão central para oferta em anexos fazem com que os atores responsáveis pela gestão escolar se apropriem delas a partir do contexto da prática⁷. Cada gestor escolar, com as condições objetivas de que dispõe, as possibilidades e os constrangimentos que o cercam, busca estratégias para gerir as extensões de matrícula. Somada às questões territoriais, os arranjos de gestão geram a heterogeneidade da oferta observada na pesquisa de campo e conforme *Bowe, Ball e Gold (1992) apud Mainardes (2006, p. 50)* “Isso envolve identificar processos de resistência, acomodações, subterfúgios e conformismo dentro e entre as arenas da prática, e o delineamento de conflitos e disparidades entre os discursos nessas arenas”.

É perceptível que a mediação (FERREIRA, 2017) do diretor escolar se torna importante para dirimir os problemas relacionados à gestão dos anexos e, mais especificamente, ao modo como é implementada, pois é quando se materializam as decisões políticas e de gestão num determinado território. Os resultados esperados para responder às demandas suscitadas por uma agenda político-social geram as iniciativas de formulação de políticas e programas que se concretizam ou não, a partir da condução de sua aplicação.

Geralmente, essas iniciativas são pensadas sem levar em consideração os contextos específicos de implementação e, no caso da educação em nível estadual, das distintas realidades entre municípios e até entre escolas. Profundos desafios são impostos aos gestores, quando essas decisões são levadas a arena da *práxis*, que variam desde a adesão e interpretação dos atores, até as condições materiais e locais para sua realização, principalmente porque envolve agentes diferentes sob contextos e interesses diversos. Sobre isso, *Ball e Mainardes (2011, p. 13)* destacam que

As políticas, particularmente as políticas educacionais, em geral são pensadas e escritas para contextos que possuem infraestrutura e condições de trabalho adequadas

⁷ Ver: Mainardes, 2006.

(seja qual for o nível de ensino), sem levar em conta variações enormes de contexto, de recursos, de desigualdades regionais ou das capacidades locais.

O papel da direção escolar não é apenas o de aplicar as decisões da gestão central, mas o de mediar as proposições oficiais às necessidades impostas pela realidade da escola e da comunidade escolar. A relação entre formulação e implementação é desenvolvida em um campo de disputas, dotado de interpretações e reinterpretações dos textos oficiais por parte dos atores. Essa dinâmica, por vezes, promove ajustes e aprimoramentos no desenho inicial, visando alcançar os resultados necessários para dirimir o problema lançado pela agenda política e, como afirma Bowe, Ball e Gold (1992 *apud* Mainardes, 2006, p. 53),

[...] Os profissionais que atuam no contexto da prática [escolas, por exemplo] não enfrentam os textos políticos como leitores ingênuos, eles vêm com suas histórias, experiências, valores e propósitos [...]. Políticas serão interpretadas diferentemente uma vez que histórias, experiências, valores, propósitos e interesses são diversos.

A compreensão da participação da direção escolar no modo como se materializa a oferta de ensino médio em turmas de extensão é imprescindível, pois, para além do impacto dos contextos territoriais, a atuação do diretor escolar influencia o modo como essa oferta se desenvolve no contexto da prática, podendo minimizar a diferença de tratamento entre a escola-sede e a extensão ou agravá-las. Vieira (2007, p. 58) alerta sobre a necessidade de compreender como os diversos atores envolvidos no desenvolvimento de políticas atuam neste campo destacando que

[...] a análise da(s) política(s) de educação requer uma compreensão que não se contenta com o estudo das ações que emanam do Poder Público em suas diferentes esferas (União, Estados, Municípios). Esta deve alcançar a escola e seus agentes e, num movimento de ida e volta, procurar apreender como as ideias se materializam em ações, traduzindo-se, ou não, na gestão educacional e escolar. [...] As políticas que traduzem as intenções do Poder Público, ao serem transformadas em práticas se materializam na gestão.

Os depoimentos dos gestores das escolas-sede mostram que eles enfrentam a situação de colocar suas escolas sob uma maior complexidade de gestão ao assumir as extensões de matrículas, e que a inexistência de normativos claros por parte dos órgãos superiores dificulta ainda mais esse empreendimento. Essa ausência gera incertezas sobre situações de lotação das equipes técnicas e pedagógicas para assumir o acompanhamento dos anexos, que passa a depender de negociação direta de cada escola com a Crede, implicando em tratamentos diferenciados para situações semelhantes, gerando desconfortos e clientelismo. Como na Seduc não existe um setor específico que acompanhe a oferta das extensões, nem cronograma financeiro ou de recursos que contemple essa oferta, o protagonismo do diretor configura-se

como condição importante para que as demandas das extensões sejam atendidas.

Observa-se que, em algumas escolas, a gestão escolar busca implementar um maior acompanhamento no que se refere à presença do núcleo gestor com cumprimento de carga horária nas extensões de matrícula. Em um dos municípios, o acompanhamento da rotina escolar é realizado por funcionários cedidos pela prefeitura, que atuam nas escolas onde os anexos funcionam.

5.2. O território como marco referencial

Os cinco municípios e seus distritos possuem diferentes características que conferem maior ou menor grau de complexidade à gestão escolar das extensões de matrícula. Compõem essa complexidade: aspectos relacionados ao território tais como a extensão dos municípios, a infraestrutura viária e a posição dos domicílios em relação às zonas urbana e rural, o número de extensões atendidas pela escola e, conseqüentemente, o número de estudantes, docentes e funcionários necessários para o funcionamento das turmas e a relação entre o município e o estado.

Dentre os municípios pesquisados, Boa Vigem apresenta o quadro mais complexo, tanto pela quantidade de anexos (oito, no total), quanto pelas distâncias e dificuldades de acesso aos mesmos, devido as condições das estradas e obstáculos naturais. Agrega-se a isso, o fato de ser a única escola estadual regular do município com grande número de matrículas na sede e funcionar em três turnos. Em seguida, o município de Granja, que, assim como Boa Viagem, possui vasto território e precária estrutura de estradas para os distritos. Conta com o maior número de matrículas em anexos (800 estudantes) dentre as escolas da amostra, mas possui metade do número de extensões da escola de Boa Viagem.

Amontada e Viçosa do Ceará situam-se no mesmo nível de complexidade para gestão das extensões de matrícula e números aproximados de matrícula na sede e nos anexos; apresentam valor reduzido de matrículas no turno noturno na sede e possuem a maior parte das turmas em extensão funcionando no turno noturno, em prédios de escolas municipais, com exceção de dois distritos, um em cada município, que possuem oferta à tarde. Ressalta-se ainda que, comparado aos demais distritos da amostra, os acessos às extensões dessas cidades apresentam as melhores condições.

Finalmente, constata-se que a gestão das extensões de São Gonçalo do Amarante apresenta a menor complexidade da amostra, já que a escola possui a menor matrícula em anexos e menor número de extensões, a saber: são 187 alunos distribuídos em dois distritos. Embora os distritos sejam distantes e o trajeto para as extensões se dê por meio de estradas não

pavimentadas e de difícil acesso, não são comparáveis às distâncias percorridas e a dificuldade da maioria das extensões de Granja e Boa Viagem, por exemplo.

A heterogeneidade de atendimento observada se dá por questões impostas pelo território, que proporcionam contextos diversos a serem administrados; pelo papel da gestão escolar nas ofertas das turmas, suas relações com os poderes públicos estadual e municipal e práticas de gestão de acompanhamento dos anexos e; por fim, a falta de regulação própria para esse tipo de oferta por parte da Seduc, que delega autonomia para as Crede no gerenciamento dessas turmas.

5.3. As extensões de matrícula, o acesso ao ensino médio e as desigualdades de tratamento

Ao entrevistar professores, estudantes e seus pais/responsáveis nos anexos constatou-se que o discurso frequente é o de que se não houvesse a oferta das turmas de ensino médio nos distritos, não haveria possibilidade de os jovens prosseguirem a sua trajetória na educação básica. O motivo alegado pelos sujeitos não é a falta de transporte escolar, mas as questões territoriais aliadas às condições socioeconômicas. Sobre isso, uma estudante ressalta: “[...]se não tivesse esse polo, teríamos que ir embora pra estudar ou teríamos parado [...] não tem condições ir para sede, teríamos que sair de madrugada para estudar a tarde e chegar em casa só a noite” (Aluna_BV_Ibuaçu1).

Estudantes e pais relatam que a extensão de matrícula é a única oportunidade de cursar o ensino médio. Há exemplos, em todos os municípios, de alunos que não tentaram seleção para a escola profissional situada na sede por não reunir condições financeiras para residir próximo, diante da inviabilidade de deslocamento diário. Um pai informa que “[...]poucos alunos fazem seleção para a profissional, muito disso por conta da distância, a não ser que a família esteja disposta para ir com o filho [mudar-se para a sede], quem tem uma renda melhor” (Pai_BV_Águas).

Os sujeitos consideram que a extensão de matrícula promove oportunidade de acesso ao ensino médio diante da ausência de uma escola em suas regiões e defendem a existência desse tipo de oferta. Sobre isso, uma professora explica que “[...] eles [estudantes] iriam desistir facilmente. Mesmo sendo um pouco precário, é essencial para os alunos terem o acesso. Os anexos já melhoraram bastante, principalmente com a nova gestão” (Professora_SG_Várzea), enquanto outra acrescenta sua experiência pessoal ao defender a existência dos anexos “É muito bom. [que exista o anexo]. Eu fui uma que terminei o 9º ano e tive que ir estudar em Boa Viagem. [...] Era muito sofrimento, passava fome [...] muito distante. [...] Se não tivesse esse anexo, os alunos não estudariam” (Professora_BV_Domingos).

Além de atender aos jovens, a Professora BV_Guia informa que os anexos configuram oportunidades também para os adultos, pois pais e responsáveis dos estudantes estão retornando à escola para concluir o ensino médio, pois segundo ela, os anexos são “[...] *uma oportunidade ímpar para muitos alunos que não teriam como se deslocar para Boa Viagem e você observa até que tem pais e mães que tiveram que cancelar os estudos por não terem acesso e agora estão voltando*”. Ao mesmo tempo que ressaltam a importância da oferta, denunciam a inadequação da infraestrutura e identificam possibilidades de melhoria para atendimento na região, como reconhece um pai durante a entrevista.

Esses depoimentos corroboram a importância que as extensões de matrícula têm para as comunidades rurais, ao promover a oferta de ensino médio em locais onde, de outra forma, não haveria condições de acesso a essa etapa da educação básica. Assim, é possível afirmar que os anexos escolares contribuem para assegurar o direito à educação em um primeiro nível, o de garantir o acesso. É fato que o anexo e sua estratégica localização territorial permite que a população local e circunvizinha tenha chance de concluir a formação em nível médio. Entretanto, ao dirimir o problema de acesso das populações rurais por meio das extensões de matrículas, a Seduc acaba por deslocar a desigualdade do acesso para o nível de tratamento. Os estudantes das extensões não possuem o mesmo atendimento dispensado aos demais estudantes da rede estadual, uma vez que não dispõem de condições similares às das demais ofertas da rede estadual no que se refere à infraestrutura, recursos humanos, recursos didáticos e acesso a programas suplementares.

As condições de funcionamento encontradas nos anexos são inadequadas à oferta de ensino médio em vários aspectos. Em algumas, as limitações estão restritas a ausência de ambientes de apoio pedagógico, tais como bibliotecas, laboratórios de informática, quadra esportiva. Em outras, além da inadequação da infraestrutura, há carências em recursos humanos: não há merendeiras, porteiros ou, mesmo, auxiliar de serviços gerais. Em duas ocasiões encontrou-se professores que contratam zeladores com recursos próprios para a limpeza do espaço escolar. Verificou-se, ainda, turmas sem merenda escolar por não haver funcionário para preparação dos alimentos. Em relação aos professores, a regra é que um docente assuma duas ou mais disciplinas de sua área de formação, caracterizando uma situação de polivalência. A oferta em anexos é marcada por constrangimentos e restrições de diversas ordens, como aponta uma professora ao informar que

Não temos apoio da Secretaria de Educação, nossa realidade é ser anexo. [...] se tivéssemos esse apoio tudo seria mais fácil, a questão de funcionários, pois não temos porteiro a noite, conseguimos merendeira há pouco tempo [...] tudo é com os

professores, três professores ficam escalados para cada dia, para abrir e fechar o portão, organizar as salas (Professora AM_Sabiaguaba)

Outro professor descreve a situação da infraestrutura da escola municipal onde funciona as turmas de extensão no distrito.

[...] O que existe são só as salas de aulas e professor; não tem biblioteca, laboratórios. [...] nem o município tem para oferecer, emprestar. O único espaço que tem, tirando a sala, é uma quadra que tem aqui próximo, que é da comunidade, usamos quando tem eventos e aulas de educação física [...] as salas de aula à tarde, são quentes (Professor VC_Manhoso).

Professores, estudantes e pais entrevistados acreditam na viabilidade de construção de escola estadual para atendimento nesses distritos, à exceção de Boa Viagem, em que os professores avaliam que não seria possível atender os oito distritos com construções de escolas, e Oiticicas, em Viçosa do Ceará, em que o coordenador escolar afirma que o número de estudantes é baixo para justificar o investimento em uma nova escola. Foi comum a todos a defesa de manter-se na comunidade, mesmo estudando em anexos. Sobre isso uma professora afirma que foi protagonista na implementação da extensão em seu distrito, que foi a primeira a funcionar no município. Para ela,

Se construíssem uma escola do estado seria muito bom, mas as extensões têm que continuar, o estado não conseguiria construir 8 escolas para dar conta das demandas de alunos das localidades, pois o transporte não seria viável. Se acabassem com os anexos os alunos não estariam estudando, uma minoria continuaria. Quando não existia essa extensão, eles terminavam o 9º ano e um ou dois iam para Boa Viagem ou Fortaleza [...] ficavam parados [...] (Professora BV_Águas)

A voz dos estudantes mostra a face mais contundente da existência dos anexos e revela o contexto e a resiliência deles em persistir com sua trajetória no sistema educacional. Os jovens possuem um perfil de vulnerabilidade socioeconômica aguda e o acesso à escola é marcado por um atendimento precário, em prédios sem atratividade, professores polivalentes, salas quentes, falta de merenda, horas de deslocamento, falta de apoio pedagógico e muitas outras faltas. Mesmo assim, continuam persistindo, revelando uma resistência ímpar diante das dificuldades que lhe são impostas.

São emblemáticos depoimentos como é possível constatar quando uma aluna afirma que “A gente merecia ganhar uma escola própria para o ensino médio e realizar as atividades, feiras, laboratórios, biblioteca, coisas que precisamos que não temos” (Estudante AM_Sabiaguaba_1), seguida de outra aluna que afirma “[...] a gente sofre muito com calor, quando chega umas 10 horas a gente fica para não aguentar na sala. As salas são muito

pequenas para o total de alunos, eu acho que a gente merecia uma escola, né?” (Estudante GR_Timonha_1). Pleito também reivindicado pelo estudante “[...] primeiro, eu queria uma escola nossa para podermos chamar de nossa. [...] A gente não tem nossa escola. É emprestada”. (Estudante_GR_Santa_1). Esses alunos só querem uma escola para chamar de sua.

O Secretário Executivo do Ensino Médio e da Educação Profissional argumenta que o atendimento em anexos vem diminuindo a cada ano e atribui este fenômeno a uma política de ampliação da rede com atendimento à zona rural e dinâmicas territoriais próprias. Para ele, o planejamento para construção de escolas em substituição aos anexos é complexo e se faz necessário um estudo que envolva não só o número de estudantes egressos do ensino fundamental e a previsão orçamentária, mas observações das condições geográficas dos territórios, demografia, dinâmica migratória, arranjos econômicos locais, dentre outros fatores.

O Secretário Executivo de Cooperação com o Município explica que a oferta em extensões de matrícula é encarada pela Seduc como uma medida temporária. Para ele, é fato que essa estratégia permite o acesso ao ensino médio, mas faz a ressalva que esse tipo de oferta não atende às necessidades básicas nem aos padrões mínimos de qualidade definidos pelo Estado.

Embora classificada como uma ação temporária pela gestão estadual, os anexos de ensino médio figuram, há quase duas décadas, enquanto prática de oferta. É reconhecido o esforço na ampliação e interiorização da rede, entretanto, observa-se que o caráter provisório dessa oferta se configura como uma iniciativa que perdura na gestão educacional do Estado. Segundo Algebaile (2009, p. 299 e 301) trata-se de uma “manipulação do espaço” em que o estado consegue ampliar sua oferta, sem atrelar a isso à ampliação da rede escolar, o que demandaria mais recursos.

No caso das extensões de matrícula do Ceará, não é possível afirmar que se trata de uma política educacional do Estado em termos formais, uma vez que não há legislação ou programas específicos para esse tipo de oferta, tampouco previsão orçamentária. Trata-se de um arranjo da gestão estadual para, sob a justificativa de dar uma resposta emergencial à demanda de ensino médio nas localidades rurais, atenuar o problema a partir de ações que deveriam ser transitórias (utilização dos prédios municipais e adaptados) e acabam por se tornarem definitivas, sem propor, de fato, uma política que vise mitigar essa estratégia. O conjunto dessas práticas da gestão estadual sobre a oferta de turmas em extensão pode ser considerada uma espécie de “política informal” sobre a qual pouco se fala. Assim como suas matrículas são invisíveis nas estatísticas educacionais, sua existência é invisibilizada pela própria Seduc, que

pouco fala sobre o assunto e menos ainda apresenta alguma iniciativa de política pública.

Em estudo realizado em 2015, Vieira e Vidal (2016), ao analisar o ensino médio no Ceará, destacam o impacto da implementação da rede de escolas profissionais no Ceará como um fator de iniquidade na oferta da rede estadual. Para as autoras, a diversidade de oferta e os diferentes modos de tratamento a ela dispensados vêm ampliando as iniquidades no interior da rede de educação pública estadual. As autoras falam sobre a existência dos anexos escolares e, consideram que neste caso, há ampliação das desigualdades de tratamento quando comparadas às demais ofertas da rede estadual. Segundo elas, a existência das extensões de matrícula confere maior complexidade no modelo de diversificação da oferta e declaram que “configura-se um problema de equidade no interior do sistema estadual relativo ao modo como o Estado vem efetivando o cumprimento do seu dever para com a juventude na faixa etária de escolaridade correspondente ao ensino médio” (VIEIRA e VIDAL, 2016, p. 130).

Não há indicadores nacionais de infraestrutura e de desempenho que possam mensurar a situação específica das turmas que funcionam em anexos, uma vez que seus dados são declarados como parte da escola-sede. Em relação à infraestrutura, a constatação da situação só é possível por meio de pesquisa de campo e relato dos sujeitos. Sobre os indicadores educacionais, há iniciativas da gestão escolar em separá-los por turmas, como forma de ter um panorama real da situação dos anexos no que diz respeito à aprendizagem.

A partir das observações realizadas durante a pesquisa de campo, por meio dos relatos dos sujeitos, da vivência no percurso entre as escolas-sede e seus anexos, não há uma conclusão simples que alcance a complexidade que o contexto apresenta. De fato, há locais que a construção de prédios escolares não só é viável, mas urgente. São anexos que possuem mais de 200 estudantes por anos seguidos.

Diante da inviabilidade de construção de escolas em todos os distritos com anexo, devido a restrições orçamentárias, indisponibilidade de terrenos, impasse sobre o planejamento de rede, preterição do poder público, dentre outros impeditivos, faz-se urgente a necessidade de formalização de ações para dirimir as diferenças de tratamento observadas no caso dos anexos. Para além do esforço da gestão escolar e dos professores, é imprescindível que a Seduc reconheça a existência desse tipo de oferta, torne-a visível e proponha iniciativas e políticas próprias para dirimir as grandes desigualdades de tratamento e, assim, cumprir o estabelecido na lei estadual nº 16.710/2018, que informa, em seu Capítulo III, Artigo 20, as atribuições da Secretaria da Educação, dentre as quais “VII - assegurar a manutenção e o funcionamento da Rede Pública Estadual *de acordo com padrões básicos de qualidade*. [...] (Ceará, DOE, 2018, p. 5, grifo nosso), bem como o afirmado pela LDB que define padrão mínimo de qualidade de

ensino como “[...] a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem” (BRASIL, 1996, p. 3).

É fato que a ampliação e diversificação da oferta de ensino médio gerou desigualdades educacionais no interior da rede estadual de ensino e que cabe ao poder público refletir e implementar medidas para mitigar tais iniquidades. No entanto, os anexos escolares são iniciativas de oferta educacional que perduram há cerca de vinte anos e, embora os depoentes reconheçam melhorias ocorridas, não é possível falar sobre “padrões básicos de qualidade”, uma vez que nem há padrões, nem básicos e muito menos qualidade. Sobre isso Ben Ayed, (2012, p. 784) observa que

As esperanças de democratização descortinadas pelo período de massificação não duraram muito. De fato, a ampliação das condições de acesso ao ensino médio favoreceu a emergência de novas formas de desigualdades perante a escola. A seleção social no ingresso ao sistema educativo foi substituída por outras formas de desigualdade mais difusas e contínuas ao longo da escolaridade.

6. Considerações finais

As principais constatações propiciadas pelo estudo e abordadas neste artigo estão relacionadas: 1) a influência do território para implementação das extensões de matrícula, seja pelas distâncias, pelos obstáculos naturais ou pelas condições da estrutura viárias; 2) a heterogeneidade da oferta em extensões de matrícula, que são influenciadas pela complexidade dos territórios nas quais estão localizadas, pela atuação da gestão escolar e a falta de diretrizes próprias para seu desenvolvimento e se manifesta em aspectos como lotação, infraestrutura, turnos de funcionamento, dentre outros; 3) ao papel decisivo da direção escolar no que se refere ao tratamento desse tipo de oferta, podendo ampliar ou dirimir as desigualdades de tratamento do interior da rede estadual a partir de suas práticas de gestão e, por fim, 4) a constatação de que as extensões de matrícula promovem o acesso ao ensino médio nas comunidades rurais, assegurando o direito à educação em um primeiro nível, o de garantir o acesso.

Concluimos que essa oferta é “invisível”, pois além de não possuir regulação própria para o seu funcionamento, os seus dados de matrícula e resultados educacionais estão vinculadas ao da escola-sede. E, ainda, que os anexos possibilitam a oferta de ensino médio em locais onde não há escolas estaduais, ampliando a trajetória escolar dos jovens residentes em distritos de difícil acesso à escola-sede. Entretanto, a oferta ocorre de forma precária no que se refere às condições de tratamento: infraestrutura inadequada, ausência de ambientes de apoio pedagógico, restrição de insumos, professores atuando em mais de uma disciplina, dentre outras restrições.

Referências

- ALGEBAIL, E. **Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos**. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2009.
- ABRUCIO, SEGATTO e PEREIRA. **Regime de Colaboração no Ceará: funcionamento, causas do sucesso e alternativas de disseminação do modelo**. Instituto Natura, 2016.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez., 2006.
- ARRETCHE, M. (Org.) **Trajetórias das Desigualdades: Como o Brasil mudou nos últimos 50 anos**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.
- BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 23 de dezembro de 1996, p. 27.833-841. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: mar. 2018.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.
- BEN AYED, C. As desigualdades socioespaciais de acesso aos saberes: uma perspectiva de renovação da sociologia das desigualdades escolares? **Educação & Sociedade** [online]. Campinas, v. 33, n. 120, pp. 783-803, 2012. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/20>. Acesso em: mar. 2019.
- CEARÁ. Secretaria da educação do Estado do Ceará. Portaria Nº 1.112 de 14 de dezembro de 2015. Estabelece as normas para matrícula de alunos nas escolas públicas estaduais para o ano de 2016 e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, Série 3, Ano VII, n. 234, p. 37-40. 15 dez. 2015.
- CEARÁ. Secretaria da educação do Estado do Ceará. Portaria Nº 1.391 de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as normas para a lotação de professores nas escolas públicas estaduais para o ano de 2019 e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Ceará**, Fortaleza, Série 3, Ano X, n. 240, p. 48-52. 26 dez. 2018.
- CRAHAY, M. **Poderá a escola ser justa e eficaz? Da igualdade das oportunidades à igualdade dos conhecimentos**. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.

FERREIRA, E. A. **Políticas educacionais na escola: o papel mediador dos diretores.** 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <http://www.uece.br/ppge/download/teses>. Acesso em: dez. 2019.

GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. F. **Questões de método na construção da pesquisa em educação.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan/abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>. Acesso em: jan. 2018.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, R. L. P. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007.

SAMPAIO, G. T. C.; OLIVEIRA, R. L. P. Dimensões da desigualdade educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE)**, v. 31, n.3, p. 481-724, set./dez., 2015.

VIDAL, E. M; VIEIRA, S. L (Orgs.). **Política de ensino médio no Ceará: escola, juventude e território.** Fortaleza: Editora CENPEC, 2016.

VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE)**, v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19013/11044>. Acesso em: fev. 2018.

VIEIRA, S. L.; VIDAL, E. M. Construindo uma história de colaboração na educação: a experiência do Ceará. **Educação & Sociedade**, vol. 34, nº 125, p. 1075-1093, 2013.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e método.** Porto Alegre: Bookman, 2001.